

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DO SERVIÇO DE ATENÇÃO À MULHER SOB VIOLÊNCIA DE GÊNERO

1. Marco Lógico

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</u>	1948	Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano.
<u>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</u>	1948	Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer.
<u>CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA</u>	1969	Cita os deveres dos Estados e os direitos protegidos.
<u>CEDAW – CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER</u>	1979	Aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1979, tendo entrado em vigor apenas em 1981. A CEDAW foi ratificada pelo governo brasileiro em 1984. A Convenção fundamenta-se na obrigação dos Estados de assegurar a igualdade entre homens e mulheres e eliminar todos os tipos de discriminação contra a mulher.
<u>DECLARAÇÃO DE VIENA E PROGRAMA DE AÇÃO</u>	1993	Reafirma o empenho de todos os Estados em cumprirem as suas obrigações no tocante à promoção do respeito universal, da observância e da proteção de todos os direitos do homem e liberdades fundamentais para todos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com outros instrumentos relacionados com os Direitos do homem e com o direito internacional.
<u>PLATAFORMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS</u>	1993	Em junho de 1993, representantes de países e de ONGs (organizações não-governamentais) de todo o mundo reuniram-se em Viena, Áustria, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Organizações defensoras dos direitos das mulheres trabalharam durante anos nos níveis nacional, regional e global para garantir que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos e que a violência de gênero fosse incluída na discussão.
<u>CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER "CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ"</u>	1994	A Convenção de Belém do Pará define a violência contra as mulheres e recomenda aos governos das Américas a adoção de medidas para prevenir, punir e erradicar esse tipo de violência.
<u>PLATAFORMA DE AÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER</u>	1995	Define metas e objetivos para promoção dos direitos das mulheres.

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>DECLARAÇÃO DE BEIJING - IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES</u>	1995	Relação de ações para promover os direitos das mulheres.
<u>PROTOCOLO DE SAN SALVADOR</u>	1998	Protocolo Adicional à Convenção Interamericana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
<u>PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS</u>	2000	Instrumento internacional destinado a prevenir, reprimir e punir o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças.
<u>PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER</u>	2002	Reconhece as competências do Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS I</u>	1996	O Programa enumera as propostas de ações governamentais, a fim de fortalecer a democracia, promover e aprimorar o sistema de proteção aos direitos humanos.
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II</u>	2002	Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
		responsáveis por sua execução.
<u>VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA EM SERVIÇO</u>	2002	Com a edição do Caderno de Atenção Básica – Violência intrafamiliar – Orientações para a prática em serviço, o Ministério da Saúde pretende apoiar os estados e os municípios na implementação de ações que promovam a igualdade e o exercício dos direitos humanos.
<u>Política Nacional de Assistência Social</u>	2004	Consolida as disposições da NOB/SUAS e estabelece a gestão da Assistência Social.
<u>Plano Nacional de Políticas para as Mulheres</u>	2004	Resultado das demandas da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, processo que envolveu cerca de 120 mil mulheres de todo o país, e que apresenta 199 ações voltadas para a melhoria das condições de vida das mulheres.
<u>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Princípios e Diretrizes)</u>	2004	“Este documento incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento familiar, na atenção ao abortamento inseguro e no combate à violência doméstica e sexual. Agrega, também, a prevenção e o tratamento de mulheres vivendo com HIV/aids e as portadoras de doenças crônicas não transmissíveis e de câncer ginecológico. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades”.
<u>Norma Operacional Básica – NOB/SUAS</u>	2005	Disciplina a operacionalização da gestão da PNAS.
<u>Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes – 2ª ed.</u>	2005	Pretende contribuir com a qualificação dos profissionais de saúde, atores fundamentais desta proposta, e, dessa forma, para o planejamento e a execução de ações que resultem na melhoria da qualidade da atenção à saúde da população que sofre esse tipo de agravo.
<u>PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</u>	2006	Versão atual do PNEDH. A estrutura do documento estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
NORMA TÉCNICA DE PADRONIZAÇÃO - DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER - DEAMS	2006	A proposta dessa publicação faz parte do desafio de implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e situa definitivamente o papel fundamental das Deams no contexto da Segurança Pública e na afirmação dos direitos das mulheres.
NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO - CENTROS DE REFERÊNCIA E ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	2006	A proposta dessa publicação faz parte da implantação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e trata dos Centros de Referência, sugerindo normas que podem nortear o atendimento nestes espaços.
Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	2007	Apresentação das principais características e eixos do Pacto Nacional que envolve diversas instituições do Governo Federal.
Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	2007	Publicada no decreto presidencial nº 5.948 de 26/10/2006. O principal objetivo desta publicação é divulgar à população, assim como a segmentos específicos como operadores de Direito, movimentos sociais, universidades e funcionários públicos de diferentes órgãos, o conteúdo deste novo marco normativo.
Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP)	2008	Publicado no presidencial decreto nº 6.347 de 08/01/2008. O Decreto aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano.
II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	2008	Resultado das demandas da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, processo que envolveu cerca de 195 mil mulheres em todo o país, e que apresenta 394 ações voltadas para a melhoria das condições de vida das mulheres.
PPA 2008 - 2001	2008	Programa nº 0156: Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.
Centro de Referência Especializada em Assistência Social – CREAS. Guia de orientação nº 1	s/d	Guia para subsidiar Estados e municípios na implantação e implementação dos CREAS. Conteúdo: organização e gestão dos CREAS; co-financiamento do MDS; serviços oferecidos; instalações físicas; composição, formação e capacitação da equipe que atua nos serviços elencados; monitoramento e avaliação dos processos de trabalho implementados.

2. Marco Legal

MARCOS LEGAIS				
Tipo	Ident.	Data		Ementa
Decreto-Lei	2.848	07/12/40		Institui o Código Penal.
Lei	7.353	29/08/85		Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências.
Constituição Federal do Brasil		05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.
Lei	8.072	25/07/90	PR	Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.
Lei	8.742	07/12/93	PR	LOAS.
Lei	8.930	06/09/94	PR	Inclui o estupro entre os crimes hediondos que são considerados inafiançáveis, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal.
Lei	9.099	26/09/95	PR	Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
Lei	10.224	15/05/01	PR	Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.
Lei	10.406	10/01/02	PR	Institui o Código Civil.
Lei	10.455	13/05/02	PR	Define que, em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.
Decreto	4.229	13/05/02	PR	Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH.
Lei	10.714	13/08/03	PR	Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
Lei	10.778	24/11/03	PR	Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

MARCOS LEGAIS				
Tipo	Ident.	Data		Ementa
Lei	10.886	17/06/04	PR	Acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".
Resolução	145	15/10/04	CNAS	Aprova a Política Nacional de Assistência Social.
Portaria	2.406	04/11/04	MS	Institui serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação.
Decreto	5.390	08/03/05	PR	Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.
Lei	11.106	28/03/05	PR	A lei prevê: a extinção do crime de adultério e a substituição de termos como “mulher honesta” e “mulher virgem”; extinção dos incisos do Código Penal que permitiam a impunidade do estuprador se a vítima casasse com o agressor ou com terceiro.
Resolução	130	15/07/05	CNAS	Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS.
Lei	11.340	07/08/06	PR	Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
Decreto	5.948	26/10/06	PR	Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP.
Lei	11.489	20/06/07	PR	Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.
Decreto	6.347	08/01/08	PR	Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano.

MARCOS LEGAIS				
Tipo	Ident.	Data		Ementa
Decreto	6.387	05/03/08	PR	Aprova o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM, e dá outras providências.
Decreto	6.412	25/03/08	PR	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências.